



Imprensa não aceita imposições

O anteprojeto que cria horários diários obrigatórios no rádio e na televisão e requisita até espaço em jornais para divulgar os trabalhos da Assembléia Constituinte foi condenado ontem por diversas personalidades ouvidas pela Rádio Eldorado, contrárias não só à obrigatoriedade da transmissão como à tentativa de limitar a liberdade de imprensa. "Tudo aquilo que é imposto é detestável" — frisou o presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, Joaquim Mendonça; o comentarista político José Márcio Mendonça acha que "a obrigatoriedade de transmissão de noticiários produzidos pelos interessados tem a clara intenção de dirigir as informações"; o ex-deputado federal Freitas Nobre diz que quem imaginou essa proposta "não tem noção de tempo na televisão e no rádio, pois se tivesse não iria preparar novas 'Horas do Brasil'". Além disso, o diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP, José Marques de Melo, lembrou que o governo já dispõe de dois programas diários que poderiam ser utilizados pela Constituinte. Um deles, "A Hora do Brasil", tem 30 minutos dedicados exclusivamente ao noticiário do Poder Legislativo — 20 minutos da Câmara e dez do Senado.

Esse anteprojeto tem causado polêmica também entre os constituintes, que até hoje poderão propor emendas, para votá-lo no dia 24. É o artigo 76 do regimento interno da Constituinte que requisita das emissoras de rádio e TV 15 minutos de manhã e à tarde e uma hora à noite, das 23h30 à 00h30. "Eu acho que essa hora e meia não iria reverter nada comercialmente para as emissoras" — afirmou para a Eldorado o assessor de marketing da divisão Áudio e Mídia do Ibope, José Airton Aguirre. Pelo contrário, esse tempo quebraria a programação e aconteceria o mesmo que "no famoso horário político, em que o televisor estava ligado mas as pessoas estavam fazendo outra atividade".

O presidente da Abert, Joaquim Mendonça, afirmou que a sua entidade vai tentar convencer deputados e senadores "para que haja bom senso com relação a esse critério de como deve estar sendo usado o horário do rádio e da televisão". Se não se conseguir bom senso, disse Mendonça, a radiodifusão usará de "outras armas".

CONTROLE DO NOTICIÁRIO

Já o jornalista Carlos Marchi, ex-diretor da Empresa Brasileira de Notícias, vê o problema sob outro enfoque. Sua maior preocupação é que, aprovado o anteprojeto, "seria extremamente maçante, improdutivo e até negativo para o Poder Legislativo, e para a própria Constituinte, se esse noticiário se resumisse aquele rosário de intervenções absolutamente inúteis de alguns parlamentares, como a 'Voz do Brasil'".

A crítica mais contundente à iniciativa do Legislativo partiu do comentarista político José Márcio Mendonça, para quem "a pretensão dos constituintes atinge diretamente a liberdade de imprensa". O jornalista salientou que a criação desse horário obrigatório é totalmente desnecessária, pois as emissoras de rádio e televisão e os jornais não deixariam de fazer a cobertura dos trabalhos da Constituinte, devido à sua importância. "Notícias sobre a Constituinte não têm faltado. Por isso, parece-me que a intenção não é aumentar o noticiário, mas controlá-lo, tentar evitar que o lado desagradável do que se passa no edifício do Congresso chegue ao público" — ressaltou José Márcio.

Na opinião do diretor-superintendente da EBN, Luiz Rezena, a intenção dos constituintes não é a que foi exposta por José Márcio, mas sim prestar contas à sociedade.

Os correspondentes da Rádio Eldorado no Exterior revelaram que em vários países o uso de horários no rádio e na televisão pelo governo é raro, mesmo em Israel, onde, apesar de as emissoras de rádio serem estatais, não há propaganda oficial. Na Suíça, se o governo quisesse dispor de um horário diário, teria de consultar o eleitorado.